



LUSÁGUA  
LISBOA

2017  
RELATÓRIO  
E CONTAS

Luságua Lisboa  
Gestão de Águas, S.A.

ÍNDICE DE CAPÍTULOS

ÍNDICE DE CAPÍTULOS.....	2
1   SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES .....	3
2   MENSAGEM DO PRESIDENTE .....	4
3   APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	5
4   MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO .....	7
5   SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2017 .....	9
6   ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	18
7   PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2017 .....	23
8   ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA.....	28
9   PERSPETIVAS PARA O FUTURO .....	32
10   CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	33
11   OUTRAS INFORMAÇÕES .....	33
12   PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	34

**1 | SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES**

Síntese de Dados / Indicadores	2015	2016	2017
Capital Social (€)	50 000	50 000	50 000
Capital Próprio (€)	309 630	292 413	336 912
Ativo Líquido Total (€)	896 027	1 150 360	1 736 751
Investimento (€)	4 252	13 552	16 901
Volume de Negócios (€)	1 075 297	1 039 138	1 110 384
EBITDA Ajustado ( <i>Cash Flow</i> Operacional) (€)	176 645	59 716	115 022
EBIT (Resultado Operacional) (€)	139 075	(24 172)	67 794
Resultados Antes de Impostos (€)	152 080	(16 792)	56 314
Resultado Líquido do Exercício (€)	116 510	(17 217)	44 499
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	37,6%	-5,9%	13,2%
Rentabilidade do Ativo (%)	13,0%	-1,5%	2,6%
Autonomia Financeira (%)	34,6%	25,4%	19,4%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	3	3	3
<b>Abastecimento</b>			
Nº de Clientes	305	316	320
Volume de Água Vendida (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	330	316	327



## 2 | MENSAGEM DO PRESIDENTE

A LUSÁGUA LISBOA – GESTÃO DE ÁGUAS, S.A. foi constituída a 13 de julho de 2012. A Empresa tem por missão a exploração em regime de concessão dos serviços de abastecimento de água e de recolha de águas residuais na área de jurisdição da APL - Administração do Porto de Lisboa.

Desde o início da sua atividade, a LUSÁGUA LISBOA concentrou os seus esforços no aumento de eficiência dos sistemas integrados na zona de jurisdição do Porto de Lisboa. A Empresa concluiu o ano de 2016 com um valor de perdas de água de 22,2%, valor que é bastante abaixo da média nacional mas acima do valor objetivo que a empresa tem para a sua eficiência. No final do ano de 2016 iniciou-se a implementação de um plano ambicioso de aumento de eficiência, com o reforço das equipas e da engenharia envolvida nos processos. A Luságua Lisboa no ano de 2017 atingiu o valor de 15,1% de perdas de água, este valor vem confirmar o sucesso das medidas de gestão implementadas e coloca a empresa na linha da frente ao nível nacional, mas ainda não queremos ficar por aqui, vamos continuar a apostar cada vez mais na eficiência do sistema e estamos certos que continuaremos a ter resultados dessa aposta.

O trabalho desenvolvido durante o ano de 2017 não se esgotou nesse período, foi um investimento que esperamos que continue a dar resultados positivos para todos nos próximos anos. A Luságua Lisboa está comprometida em servir os seus clientes com elevados padrões de qualidade, numa parceria cada vez mais estreita com o Administração do Porto de Lisboa e a colaboração das diversas entidades que fazem com que o nosso trabalho se possa tornar cada vez melhor.

O Presidente do Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira

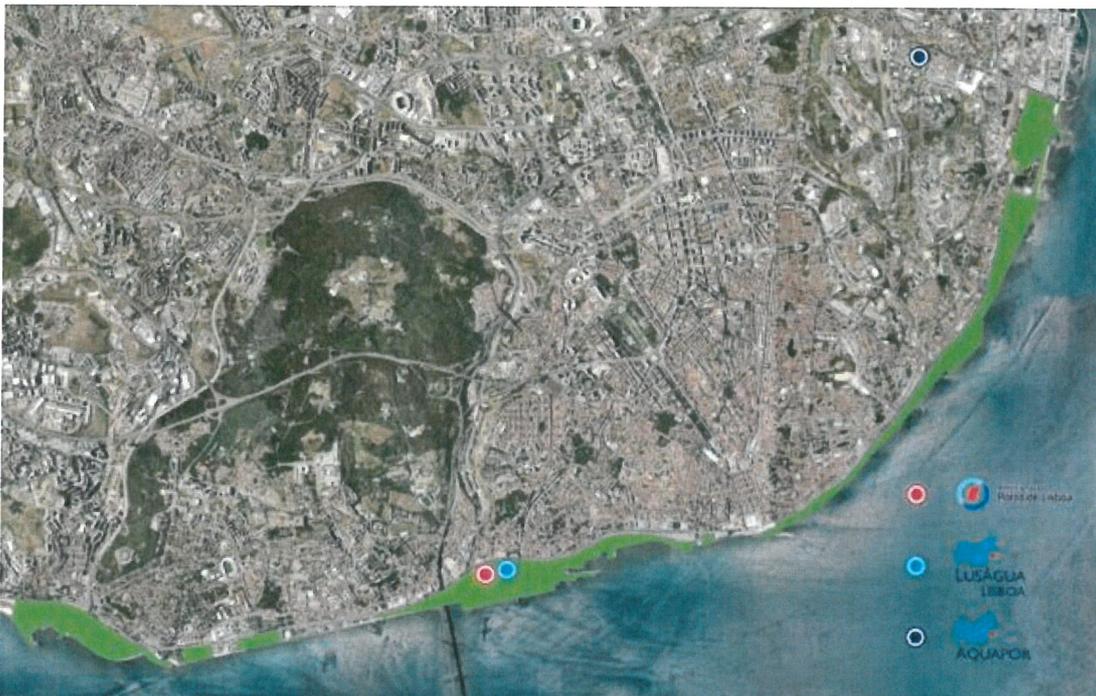
### 3 | APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

#### BREVE HISTORIAL

A LUSÁGUA LISBOA – GESTÃO DE ÁGUAS, S.A. foi constituída em 13 de julho de 2012. A Empresa tem por Missão a exploração em regime de concessão dos serviços de abastecimento de água e de recolha de águas residuais na área de jurisdição da APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.

A Concessão, atribuída por um período de 8 anos, tem por objeto a exploração e gestão dos serviços de abastecimento de água e de recolha e rejeição de águas residuais na área de jurisdição da APL (na zona compreendida entre Algés e a Matinha), incluindo a construção, reparação, renovação e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os bens afetos à Concessão, bem como a recolha, transporte e encaminhamento adequado de águas residuais.

A rede de distribuição de água é composta por aproximadamente 24 km de condutas e atualmente conta com 320 Clientes. O sistema de saneamento tem cerca de 22 km de coletores e as águas residuais são entregues para tratamento através das infraestruturas da Câmara Municipal de Lisboa ou da Águas de Lisboa e Vale do Tejo.



## ESTRUTURA ACIONISTA

A LUSÁGUA LISBOA é uma Empresa com um capital de 50.000 euros, com a seguinte Estrutura Acionista:

Aquapor – Serviços, S.A.	59.99%
Luságua – Serviços Ambientais, S.A.	40,00%
Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A.	0,01%

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;

Dr.<sup>a</sup> Susana Daniela Simões da Silva Braga – Secretária.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Eng. Paulo Jorge Almeida Oliveira – Presidente;

Eng. Carlos Alberto da Silva Rodrigues – Vogal;

Eng. José Manuel Pereira da Silva Agostinho – Vogal.

### ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO:

Fiscal Único: Ernst & Young - Audit & Associados – SROC,S.A.

Suplente do Fiscal Único: Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro

## 4 | MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

### MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água de forma eficiente, garantindo a quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

### VISÃO

Ser a Concessão que se constitua como benchmark nacional na qualidade de serviço que presta aos seus Clientes.

Ser uma Empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

### VALORES

A LUSÁGUA LISBOA pretende manter uma cultura própria - transversal ao grupo AQUAPOR - através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de Valor;
- Respeito pelo Ambiente;
- Ética;
- Estabilidade.



## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da Empresa, são os seguintes:

### Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da Empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da Empresa na comunidade.

### Recursos Humanos:

- Otimizar a Formação dos colaboradores da Empresa;
- Potenciar as competências da Empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

### Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Redução das perdas na rede de água.

### Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos Clientes criando alternativas;
- Desenvolver novos produtos e serviços, procurando a satisfação do Cliente;
- Aumentar a notoriedade da Empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio.

### Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Maximizar os rendimentos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura.

## 5 | SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2017

### ENVOLVENTE EXTERIOR

#### ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

##### Geral

Em 2017, a economia portuguesa cresceu mais que o conjunto dos países da região do euro, o que já não acontecia desde 1999. Sendo os principais motores de crescimento, as exportações, o consumo das famílias e o investimento.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro que atingiram mínimos históricos e continuam negativas para os valores de referência a três e seis meses; ambas as taxas tiveram uma redução de 0.013p.p e 0.042p.p. respetivamente.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2015	2016	2017
Euribor 1M	-0,23%	-0,37%	-0,37%
Euribor 3M	-0,13%	-0,32%	-0,33%
Euribor 6M	-0,04%	-0,22%	-0,26%
Euribor 12M	0,06%	-0,08%	-0,15%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O **preço do petróleo** apresentou um crescimento superior a 20% face ao ano anterior, interrompendo a tendência descendente observada no período 2013-2016. O preço do petróleo em média em 2017 situou-se em 48.2Euros/Barril.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, o aumento do preço do petróleo tem um impacto negativo sobre o crescimento do PIB, através do aumento dos preços da importação de matérias primas, de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços no consumidor reflete quer o efeito direto proveniente do aumento do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante do aumento do custo de produção de outros bens.

##### Portugal

Em 2017, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma variação média anual de 1.4%, o que representa um aumento de 0.8p.p face aos valores de 2016.

A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em 1.6%, (aumento de 1.0p.p. face ao ano de 2016).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2015	2016	2017
PIB	1,6%	1,5%	2,7%
IPC	0,5%	0,6%	1,4%
IHPC	0,5%	0,6%	1,6%
Desemprego	12,4%	11,1%	8,9%
Consumo Privado*	2,6%	2,1%	2,2%
Consumo Público*	0,8%	0,6%	0,1%
Exportações*	6,1%	4,1%	7,7%
Importações*	8,2%	4,1%	7,5%

Fonte: Banco de Portugal e INE  
\* Dados Dezembro de 2017

A taxa média de **desemprego** em 2017 ascendeu a 8.9%, menos 2.2p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

	2015	2016	2017
Média Tensão	161	165	167
Baixa Tensão Especial	175	180	182
Baixa Tensão Normal	146	150	152

Fonte: ERSE;

Em 2017, o PIB registou um aumento de 2,7%, continuando a economia portuguesa a apresentar um perfil de crescimento já iniciado em 2013. Para esta evolução contribuiu o aumento do investimento e das exportações de bens e serviços, com destaque para o setor do turismo e do consumo privado, pela recuperação do mercado de trabalho, com um crescimento do emprego.

A tendência favorável da procura externa dirigida à economia portuguesa; a esperada manutenção das taxas de juro em níveis muito reduzidos, embora em ascensão; preços do petróleo acima de mínimos recentes, mas com evolução que se espera contida, sustentará o maior dinamismo da economia portuguesa projetado para os próximos anos.

*J. J. J.*

## ENQUADRAMENTO DO SETOR 2017

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

### Portugal - Atividade do Setor

Existem atualmente em Portugal 432 entidades gestoras, das quais 269 com atividade de abastecimento público de água, em “alta” e “baixa”, excluindo-se cerca de 61 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores, 266 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 279 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2017), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No panorama dos serviços de abastecimento de água em alta, o Grupo Aquapor destaca-se por deter a única concessão multimunicipal atribuída no setor.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Nos serviços de saneamento de água em alta, o Grupo Aquapor destaca-se por deter uma das duas concessões municipais atribuída no setor.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	5	5	12
Concessões Municipais	1	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-	-
Serviços Municipais	1	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>23</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2017

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 319 entidades no abastecimento de água e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 8 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo 2,9 milhões de habitantes e 183 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 22 concelhos, as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e 33 concelhos, e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,7 milhões de habitantes e 191 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes, em 20 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	28	23	1
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	17
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	61	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	18	7
Serviços Municipais	183	191	229
<b>TOTAL</b>	<b>319</b>	<b>257</b>	<b>256</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2017

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento em baixa, entre as 29 concessões existentes, a Aquapor detém 10, representando 40,53% em termos do número de alojamentos servidos por concessões:

Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m <sup>3</sup> )	Água não faturada (%)
<b>GRUPO AQUAPOR</b>	10	394	53.919	17,50%
Concessões Municipais	29	973	111.621	22,07%
País	258	5.594	810.731	39,55%

No que se refere à **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2017), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais em áreas mediantemente urbanas, considerado apenas como mediano.

Abastecimento de água em Portugal continental		Saneamento de águas residuais em Portugal continental	
Serviço em baixa		Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	95%	Área mediantemente urbana	81%
Área predominantemente rural	92%	Área predominantemente rural	70%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2017

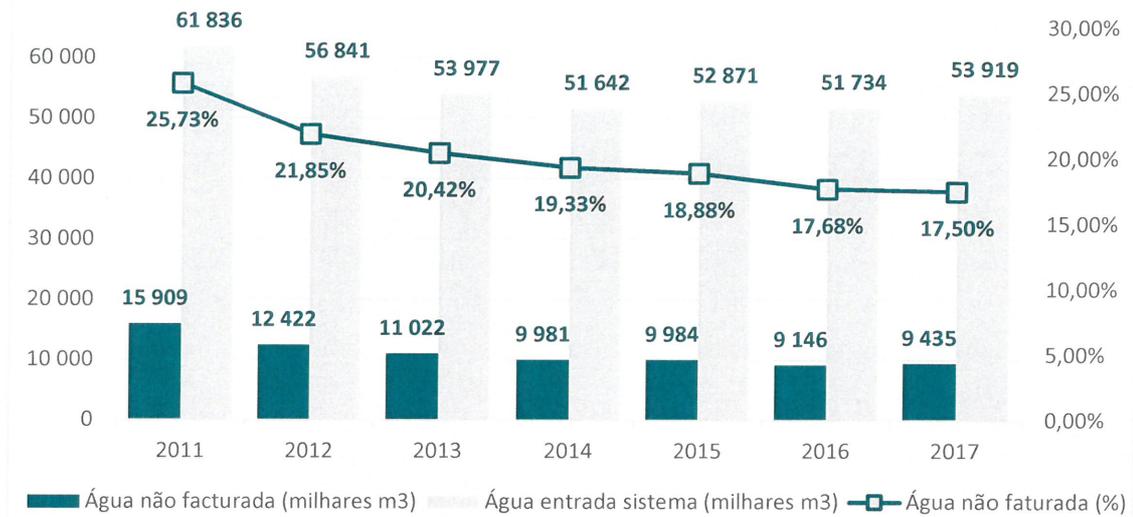
Quanto a **água não faturada**, segundo o RASARP 2017, a média continental foi de 29,76%, enquanto que a média do Grupo Aquapor foi de 17,5%. O gráfico seguinte compara as perdas de água da Aquapor com os valores registados no panorama Nacional e nas restantes concessões municipais.

A tabela seguinte reflete a evolução da Aquapor ao longo dos últimos anos, sendo evidente a diminuição da água não faturada, que tem vindo a ser continuamente registada:

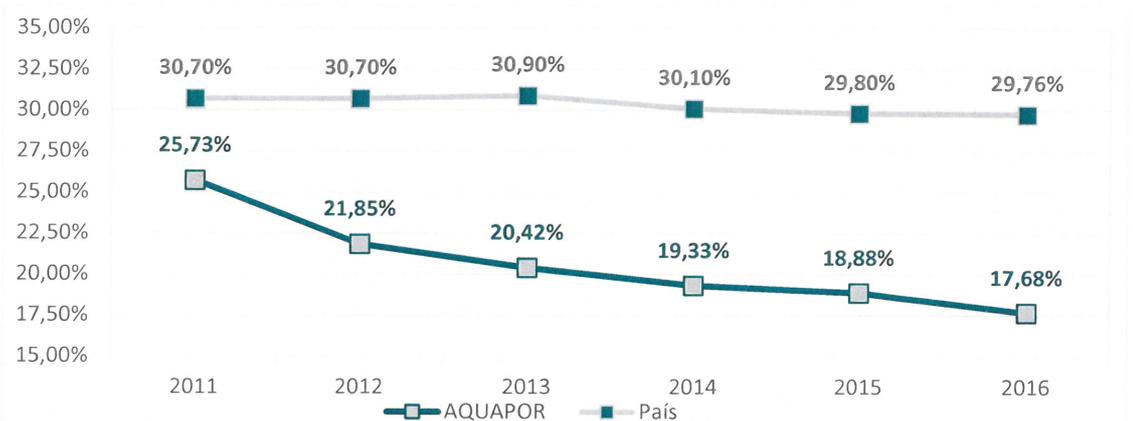
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 919
Água não faturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 435
Água não faturada (%)	25,73%	21,85%	20,42%	19,33%	18,88%	17,68%	17,50%
Clientes (Nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407

(\*) Valores em milhares m<sup>3</sup>

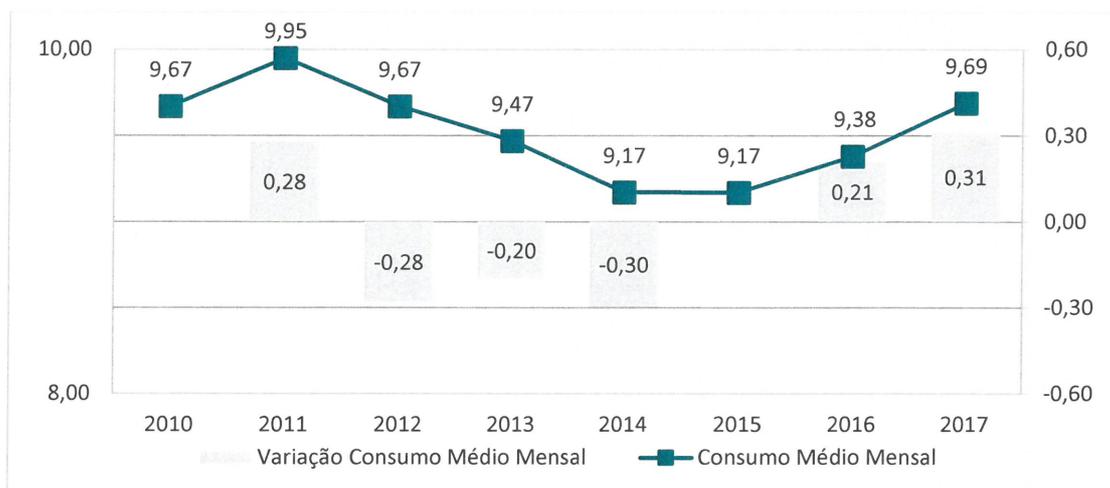
Comparando a evolução da água não faturada com a média do País dos últimos anos:



Comparando a evolução da água não faturada com a média do País dos últimos anos:



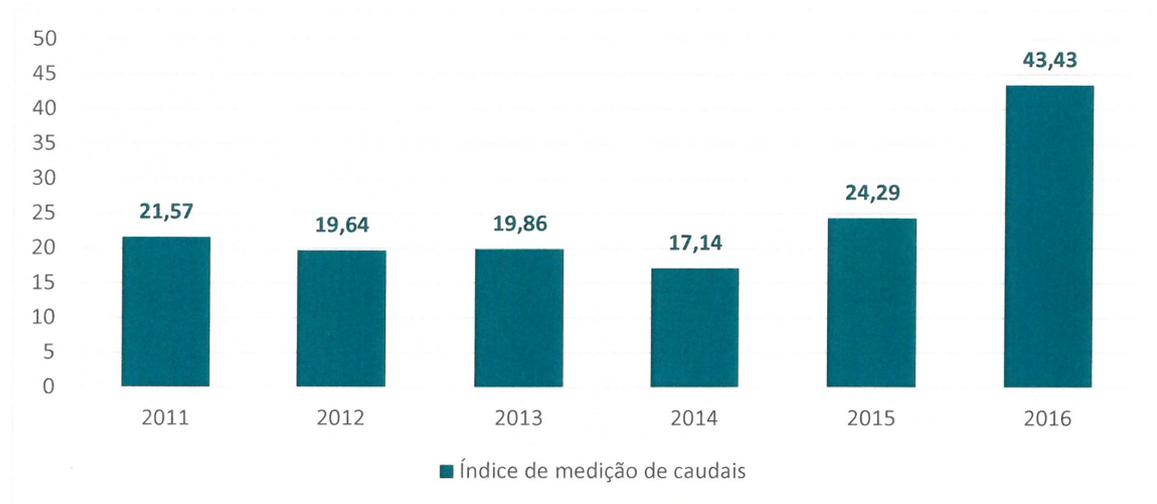
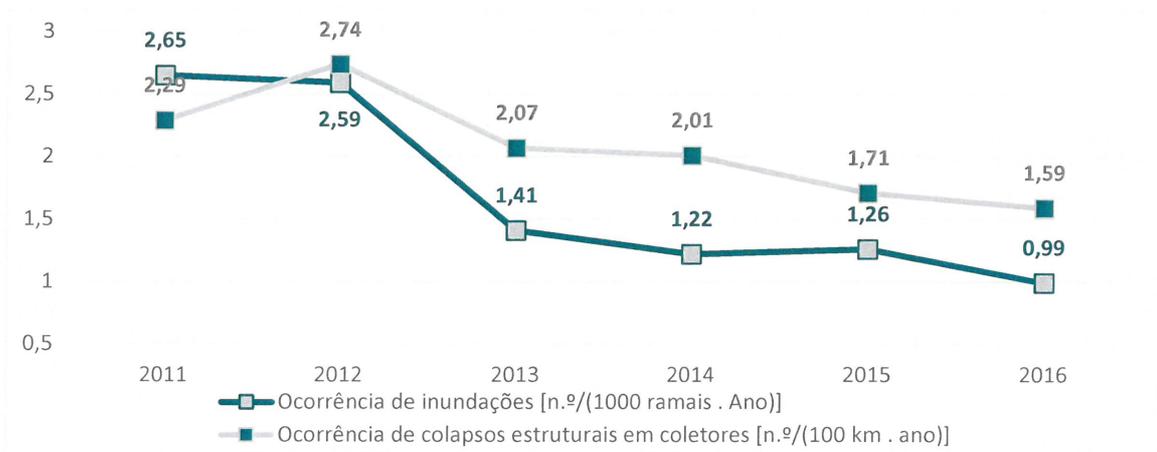
Quanto ao **consumo**, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um acréscimo de 0,31 m<sup>3</sup>/Cliente/mês, situando-se em 9,69 m<sup>3</sup>/Cliente/mês:



Na vertente de águas residuais, o Grupo Aquapor tem realizado um investimento considerável a diversos níveis, desde a reabilitação e renovação de infraestruturas, passando pela criação e aquisição de equipamentos e ferramentas de suporte e gestão, até à valorização de competências e conhecimento dos seus técnicos. Este esforço é traduzido pela melhoria de alguns indicadores da atividade, entre os quais:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ocorrência de inundações [n.º/(1000 ramais. Ano)]	2,65	2,59	1,41	1,22	1,26	0,99
Ocorrência de colapsos estruturais em coletores [n.º/(100 km . ano)]	2,29	2,74	2,07	2,01	1,71	1,59
Controlo de descargas de emergência (%)	63,0%	44,6%	47,7%	47,9%	51,0%	68,0%
Índice de medição de caudais	21,57	19,64	19,86	17,14	24,29	43,43

10 pg 2



## ENQUADRAMENTO LOCAL

A LUSÁGUA LISBOA é Concessionária por um período de 8 anos, em regime de exclusividade, dos serviços de abastecimento de água e de recolha de águas residuais na área de jurisdição da APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A..

A Concessão conta atualmente com 316 contratos de Clientes, abrangendo uma área geográfica de 2,7 km<sup>2</sup>, que faz fronteira com o rio Tejo e na quase totalidade da sua extensão com a linha de caminho-de-ferro.

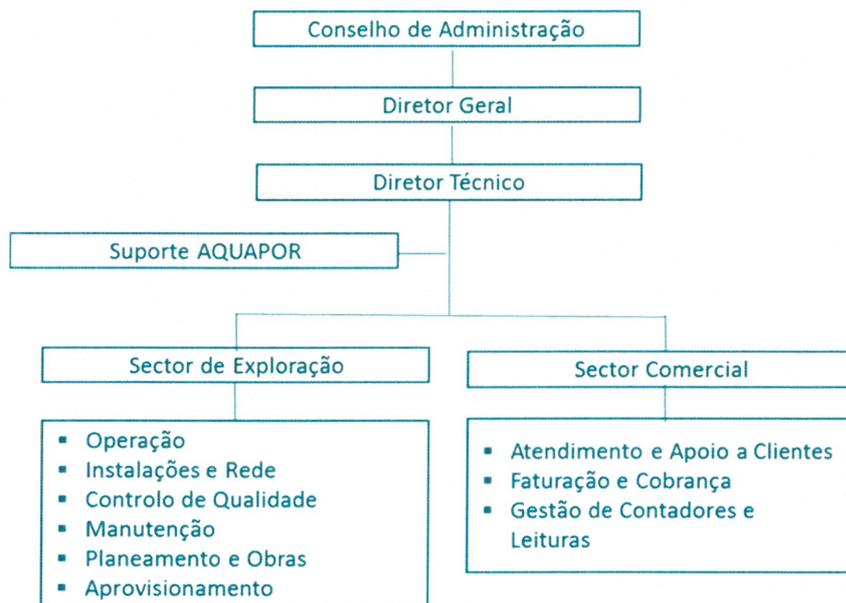
O sistema de abastecimento é constituído por aproximadamente 24 km de rede de distribuição, e o de saneamento por 22 km de coletores.

A área é ocupada essencialmente por comércio e indústria. O tecido empresarial da área é maioritariamente constituído por empresas de importação, transporte e serviços, existindo também uma ocupação significativa de instituições ligadas às autoridades marítimas, recreio, espaços verdes, cultura, restauração, entre outros.

Os consumos de água distribuem-se por quatro grandes grupos: os consumos do comércio e indústria, autoridades marítimas incluindo a própria APL, o abastecimento aos navios e a rega e manutenção de espaços verdes.

6 | ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ORGANOGRAMA



COMPETÊNCIAS

ADMINISTRADOR EXECUTIVO:

O Conselho de Administração dá as orientações estratégicas e de gestão a um Administrador Executivo, que tem a responsabilidade de as implementar.

Genericamente, as suas funções são as seguintes:

- Dirigir e coordenar a gestão corrente da concessionária;
- Fazer aplicar as deliberações e linhas de orientação aprovadas pelo Conselho de Administração;
- Fazer cumprir orçamentos correntes e de investimento aprovados em Conselho de Administração, propondo atempadamente medidas a tomar em caso de ocorrência de desvios significativos;
- Dirigir e coordenar a preparação dos planos e programas de gestão a submeter ao Conselho de Administração;
- Gerir diariamente a atividade da Empresa, assegurando o adequado funcionamento dos serviços de abastecimento de água e saneamento.

A estrutura da Empresa é muito apoiada por serviços dos acionistas da LUSÁGUA LISBOA, ou por empresas especializadas em sistemas de abastecimento de água e de saneamento (como por exemplo a execução de ramais, a reposição de pavimentos e outras).

W. JG X

#### ÁREA JURÍDICA:

- Aconselhar e resolver situações de índole legal e contratual.

Nota: Esta função é assegurada por um técnico superior com formação em Direito, integrado nos Serviços Centrais da AQUAPOR.

#### ÁREA CONTROLO DE GESTÃO:

- Coordenar e facilitar o processo de elaboração e análise do quadro de comando da Empresa e dos indicadores de gestão;
- Promover/facilitar a definição dos objetivos anuais/mensais de forma coerente com as linhas estratégicas da Empresa;
- Acompanhar a atividade da Empresa, alertando para desvios e propondo medidas corretivas.

Nota: Esta função é assegurada por dois técnicos superiores com formação em Gestão, integrados nos Serviços Centrais da AQUAPOR.

#### ÁREA FINANCEIRA E CONTABILIDADE:

- Definir e difundir políticas, processos e procedimentos financeiros, fiscais e contabilísticos;
- Definir e difundir políticas, processos e procedimentos de identificação, negociação, seleção e gestão das compras (equipamentos e sistemas, materiais técnicos, matérias primas, compras gerais e subcontratos);
- Processar a informação financeira para o Conselho de Administração e Acionistas;
- Promover a reconciliação de contas com a área comercial;
- Gerir a tesouraria;
- Manter os modelos económico-financeiros da Empresa atualizados;
- Manter atualizada a contabilidade da Empresa.

Nota: Esta função é assegurada pela direção financeira da AQUAPOR.

#### ÁREA RECURSOS HUMANOS:

- Manter atualizada a base de dados de pessoal (contratos, assiduidade, baixas, faltas, etc.);
- Controlar procedimentos de progressão de carreiras;
- Definir e difundir políticas, processos e procedimentos de recrutamento e seleção, remunerações, formação, avaliação do desempenho e motivação dos colaboradores;
- Processar salários;
- Proceder ao envio de relatórios para entidades externas (Segurança Social, ADSE, etc.).

Nota: Esta função é assegurada pela direção de recursos humanos da AQUAPOR.

#### ÁREA QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA:

- Garantir o acompanhamento e melhoria contínua da Empresa no âmbito da certificação das normas.

Nota: Esta função é assegurada pela área de qualidade da AQUAPOR.

#### ÁREA APROVISIONAMENTO:

- Consultar fornecedores, analisar e selecionar propostas e negociar centralmente ou com participação das áreas operacionais segundo o tipo de compras;
- Gerir o armazém, o conteúdo dos “carros oficina” e os stocks.

#### ÁREA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO:

- Definir as linhas de orientação do desenvolvimento de Sistemas de Informação na concessionária;
- Efetuar a gestão de projetos de desenvolvimento de novas funcionalidades/serviços e assegurar a interface entre a concessionária e os prestadores de serviços (ex. EPAL);
- Garantir o correto tratamento dos documentos de *finishing*;
- Garantir a correta integração dos ficheiros de cobrança;
- Assegurar a resolução de problemas ao nível de infraestrutura e arquitetura de SAP, *Billing* e microinformática na Empresa concessionária;
- Gerir/promover a manutenção e melhoria das prestações do Sistemas de Informação comercial;
- Assegurar as várias áreas de suporte dos Sistemas de Informação: correio eletrónico, gestão de acessos de rede, autorização de acessos, Internet, configuração do SAP e *Billing*;
- Adquirir equipamentos e serviços de informática.

Nota: Esta função é assegurada pela direção de informática da AQUAPOR.

#### SETOR DE EXPLORAÇÃO:

- Supervisionar e monitorizar o funcionamento dos sistemas e equipamentos;
- Assegurar o funcionamento regular das redes de distribuição de água e de recolha de efluentes nas condições adequadas;
- Detetar situações de anormalidade e promover e controlar a realização das ações corretivas adequadas;
- Decidir as questões e matérias de gestão das suas unidades funcionais;
- Coordenar o processo de Controlo Analítico;

- Analisar e interpretar os resultados das análises;
- Produzir “relatórios de qualidade” periódicos.

#### ÁREA MANUTENÇÃO:

- Manter os equipamentos eletromecânicos em bom estado de funcionamento;
- Planear ações de manutenção em estações elevatórias e redes de distribuição e drenagem.

#### OPERAÇÃO:

- Assegurar o funcionamento regular das redes de distribuição e garantir o escoamento dos efluentes;
- Atuar em situações de interrupção do abastecimento (roturas);
- Detetar troços em mau estado de funcionamento e propor a sua renovação;
- Controlar os caudais nas redes (quantidades e pressão);
- Promover a ampliação das redes face a novas necessidades;
- Efetuar e/ou subcontratar a execução de ramais;
- Gerir, explorar e manter as infraestruturas em bom estado de funcionamento;
- Assegurar o funcionamento regular das redes de coletores;
- Manter preventivamente os equipamentos eletromecânicos em bom estado de funcionamento.

#### ÁREA PLANEAMENTO E OBRAS:

- Apoiar a Administração Executiva;
- Apreciar projetos;
- Acompanhar a execução de obras a decorrer;
- Prestar informações técnicas a Clientes e APL;
- Planear obras;
- Coordenar e fiscalizar as obras afetas ao Plano de Investimentos;
- Validar e aprovar Projetos de Execução para lançamento de obras.

#### ATENDIMENTO E APOIO A CLIENTES:

- Assegurar o atendimento a Clientes pelo telefone e postos de atendimento;
- Receber e encaminhar reclamações.

#### SECTOR COMERCIAL:

- Manter uma base de dados de Clientes, elaborar previsões de vendas, assegurar a captação de novos Clientes e a maximização da satisfação dos Clientes existentes;
- Assegurar ações de comunicação institucional com os Clientes em questões de comunicação ou de informação referente a alterações em condições de serviço;
- Assegurar o início do fornecimento de água a novos Clientes e gerir o processo de suspensão/retoma de abastecimento;
- Programar roteiros de leitura;
- Emitir planos de substituição de contadores.

#### FATURAÇÃO E COBRANÇA:

- Calcular e expedir as faturas correspondentes, desencadear mecanismos de refaturação e acompanhar o processo de cobrança;
- Controlar cobranças.

#### CONTADORES E LEITURAS:

- Planear e organizar o processo de leitura dos contadores dos Clientes;
- Efetuar leituras de contadores;
- Realizar e manter atualizado o cadastro de contadores;
- Planear campanhas de substituição de contadores;
- Controlar cobranças.

#### REGRAS SOCIETÁRIAS

A Empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, pelo menos, uma vez em cada mês.

As regras definidas pela AQUAPOR, através de regulamentos e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da Empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.

## 7 | PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2017

### FACTOS RELEVANTES

A LUSÁGUA LISBOA iniciou a sua atividade no dia 1 de setembro de 2012, de acordo com o contrato de Concessão, com um período de transição de 60 dias.

Decorrido o período de transição a 1 de novembro de 2012 e passando para a Concessionária todos os direitos e obrigações detidos pela Concedente, a LUSÁGUA LISBOA deu início ao período de exploração.

**Durante o exercício de 2017 destacam-se os seguintes eventos:**

### PERDAS

A LUSÁGUA LISBOA concluiu o ano de 2017 com um valor de perdas de 15,1%, quando a última média nacional anual publicada na ERSAR se cifra nos 29,8%.

### GEOREFERENCIAÇÃO E LEVANTAMENTO DE CADASTRO DAS REDES

A LUSÁGUA LISBOA continuou o trabalho de atualização de georreferenciação e levantamento do cadastro de rede e dos órgãos mais importantes da mesma, bem como de todos os pontos de consumo com contador. Para tal, foi adquirida pela Luságua Lisboa uma Plataforma WEBSIG de seu nome GO WATER, de forma a que cada vez mais exista uma melhoria significativa da qualidade e natureza da informação necessária às atividades de planeamento, remodelação/ampliação, exploração e manutenção dos sistemas.

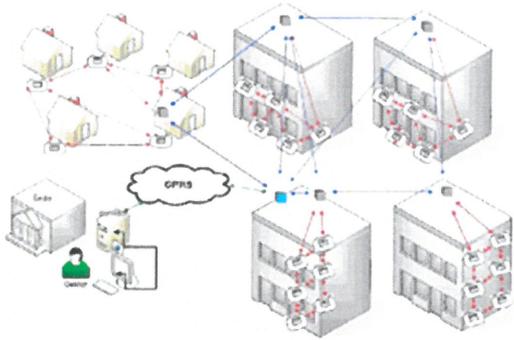


### MODELO MATEMÁTICO DA REDE

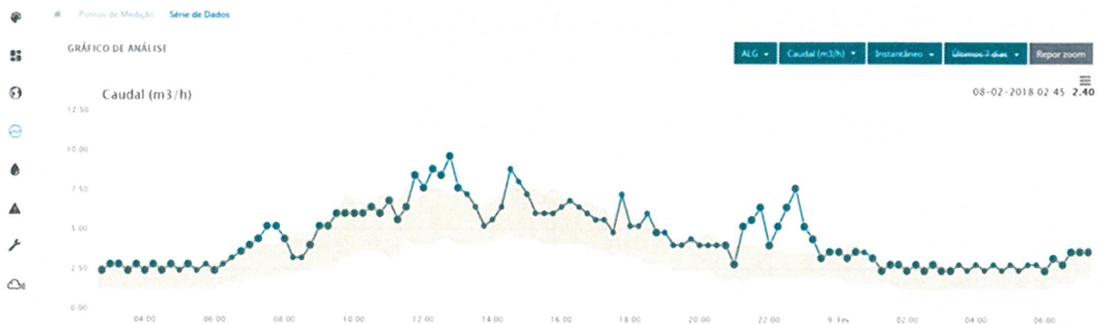
Uma forma de controlar melhor o sistema, passa pela instalação de dispositivos remotos de leitura de sinais e da gestão da informação recolhida. A Empresa manteve a telegestão dos pontos de entrada de água de todo o sistema de abastecimento à zona da APL, que atingiu um grau de maturidade considerável,

*W. Jey*

onde já se encontram implementadas zonas de medição e controlo para o apuramento de perdas e faturações de Cliente por área. A solução de telemetria AMM – Automatic Metering Management em todos os contadores da zona de Alcântara manteve-se em constante evolução, implementando-se um teste piloto com uma nova tecnologia.



A AQUAPOR / Luságua manteve o desenvolvimento de potencialidades da sua plataforma de software - AQUAmetering, que permite a integração dos pontos de entrega da ALTA (EPAL) e a telemetria, possibilitando desta forma a gestão mais eficiente da rede de abastecimento de água. No futuro, esta solução poderá vir a ser disponibilizada aos Clientes e à Concedente.



**NORMATIVOS DE ABASTECIMENTOS E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS**

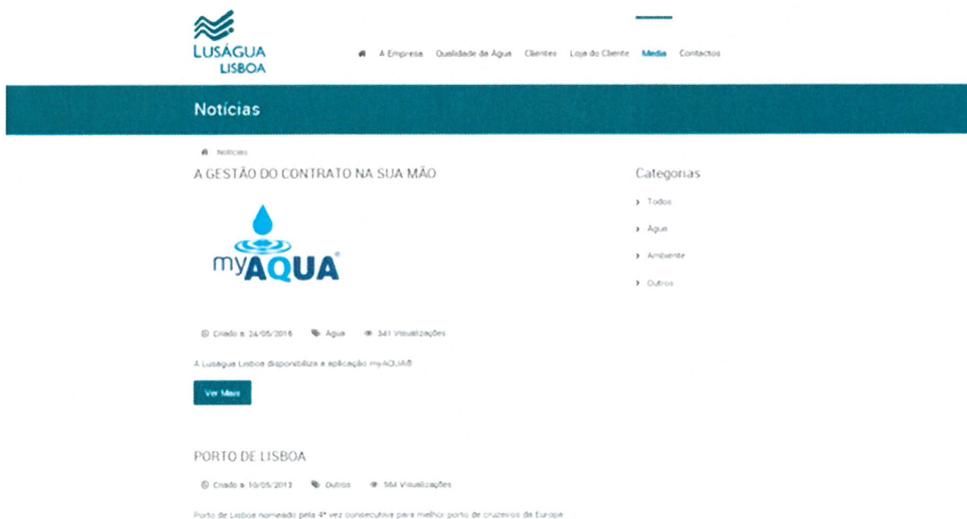
É de extrema importância a imposição de elevados padrões de qualidade na execução dos projetos e obras referentes aos sistemas. Nesse intuito a Empresa desenvolveu e disponibiliza normativos de boas práticas e desenhos tipo para as várias situações referentes a obras, projetos e processos que se destinem a integrar os sistemas na área de abrangência da APL.

*Handwritten signature and initials*



**SITE NA INTERNET**

Este espaço continua a ser um ponto muito forte de contacto com os Clientes e que facilita a relação da Empresa com os mesmos. Desde a sua renovação em 2015, com uma imagem moderna, dinâmica e apelativa, com um formato adaptável a todos os dispositivos, este espaço está em melhoria contínua e traz cada vez mais, um valor acrescentado para a comunicação entre os Clientes e a Empresa.



U. J. R.

## DESEMPENHO DA EMPRESA

### EXPLORAÇÃO DO SISTEMA

Em 2017 foram executadas algumas obras, de onde salientamos:

- Execução, renovação e anulação de vários ramais de abastecimento;
- Substituição de válvulas de seccionamento;
- Instalação de Válvulas Redutores de Pressão;
- Substituição de diversos MI e BI;
- Substituição massiva de contadores;
- Manutenção das Estações Elevatórias de Águas Residuais.

A Empresa alcançou o sucesso de exercícios anteriores, continuando a realizar campanhas para a redução das perdas técnicas e comerciais, em toda a extensão da rede de distribuição de água.

### MANUTENÇÃO DO SISTEMA

Todas as atividades de manutenção dos sistemas foram asseguradas.

Em 2017 o n.º de roturas foi de 21.

### SISTEMA DE CONTROLO DE QUALIDADE

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água (decreto-lei n.º306/2009). Foram efetuadas 25 análises CR1, 8 CR2 e 2 CI. Entre PCQA e PCO, foram realizadas 362 determinações nos diversos parâmetros. No âmbito das águas residuais, foram realizadas 324 determinações. Acrescem ainda aos valores apresentados anteriormente, 38 ensaios extra.

### FATURAÇÃO

A Empresa registou 1.110.384 euros de faturação, repartidos 71,5% em venda de água, 20,3% em tarifa de disponibilidade e 8,2% em prestação de serviços.



Vendas e Prestações de Serviços	2014	2015	2016	2017
Venda de Água	684 500	766 630	741 623	793 479
Tarifa de Disponibilidade	247 735	253 739	241 547	226 130
<b>Total Vendas + Aluguer</b>	<b>932 236</b>	<b>1 020 368</b>	<b>983 170</b>	<b>1 019 608</b>
Taxa de Saneamento	43 420	45 314	50 322	58 547
Ramais Domiciliários (Água)	10489	6221	2304	12616
Outros Serviços	6797	3393	3343	19613
<b>Total das Prestações de Serviços</b>	<b>60 706</b>	<b>54 928</b>	<b>55 968</b>	<b>90 775</b>
<b>Total de Volume de Negócios</b>	<b>992 941</b>	<b>1 075 297</b>	<b>1 039 138</b>	<b>1 110 384</b>

Tipo do Cliente	Volume Vendido (m <sup>3</sup> )	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Contratos médios anual	Peso no Total (%)
COMÉRCIO	123 990	37,9%	345 689	2,79	185	58,0%
ENTIDADES PORTUÁRIAS	91 562	28,0%	206 964	2,26	39	12,2%
TERMINAIS E ESTADO	55 794	17,1%	122 728	2,20	25	7,8%
ADMIN. PORTO DE LISBOA	51 851	15,9%	110 366	2,13	67	21,0%
MUNICIPIOS	3 910	1,2%	7 732	1,98	3	0,9%
<b>Total</b>	<b>327 107</b>		<b>793 479</b>		<b>319</b>	

O Comércio tem um peso de 37,9% no volume de água vendido, representando 58,0% dos Clientes, seguido das Entidades Portuárias com um peso de 28,0%, representando 12,2% dos Clientes. Terminais e Estado tem um peso de 17.1% no volume de água vendida, representando 7.8%. A Administração do Porto de Lisboa representa cerca de 15,9% do volume de água vendido e 21,0% dos contadores e os Municípios tem um peso total de 1.2% representando a nível de clientes uma percentagem de 0.9%.

#### RELAÇÕES COM O CONCEDENTE

A relação com a APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A. mantém-se positiva e constante.

#### RELAÇÕES COM OUTROS INTERESSADOS NO DESEMPENHO DA SOCIEDADE

Nas relações com a comunidade, a LUSÁGUA LISBOA privilegiou o contacto com os diversos *stakeholders*, nomeadamente Clientes, em particular Terminais Portuários, Entidades de abastecimento de água a navios, Concedente, Delegação de Saúde, entre outros.

## 8 | ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

### NOTA INTRODUTÓRIA

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Luságua Lisboa, S.A., no exercício de 2017, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

### ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A Empresa gerou, no ano de 2017, um Resultado Líquido positivo de 44.499 euros.

(em euros)

Demonstração dos Resultados	2015	2016	2017	Var.
Vendas	1 020 368	983 170	1 019 608	4%
Prestações de Serviços	54 928	55 968	90 775	62%
<b>Volume de Negócios</b>	<b>1 075 297</b>	<b>1 039 138</b>	<b>1 110 384</b>	<b>7%</b>
CMVMC	586 150	662 056	647 848	-2%
Fornecimentos e Serviços Externos	217 081	223 643	257 761	15%
Gastos com o Pessoal	50 961	49 426	52 696	7%
Outros Resultados Operacionais	(60 516)	(109 840)	(65 774)	40%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)</b>	<b>160 588</b>	<b>(5 826)</b>	<b>86 304</b>	<b>1581%</b>
Amortizações	21 514	18 346	18 510	1%
<b>Resultado operacional (RO)</b>	<b>139 075</b>	<b>(24 172)</b>	<b>67 794</b>	<b>380%</b>
Resultados Financeiros	13 005	7 380	(11 480)	-256%
Resultados Antes de Impostos	152 080	(16 792)	56 314	435%
Imposto Sobre o Rendimento	35 570	425	11 815	2678%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>116 510</b>	<b>(17 217)</b>	<b>44 499</b>	<b>358%</b>



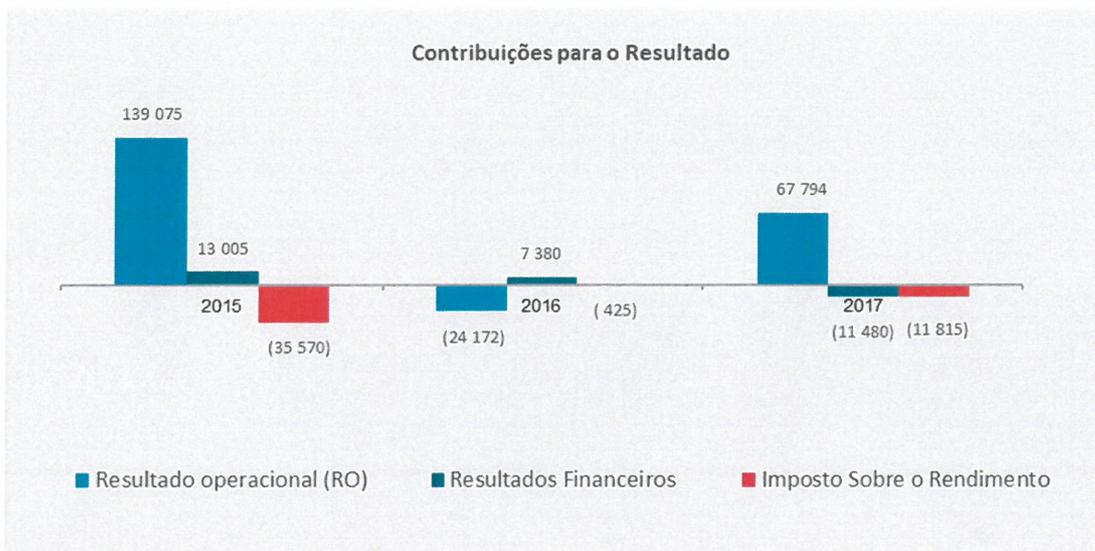
Demonstração dos Resultados	2015	2016	2017	Var.
EBITDA Ajustado ( <i>Cash-Flow</i> Operacional)	176 645	59 716	115 022	93%
Margem EBITDA Ajustado	16,43%	5,75%	10,36%	4,61 p.p
EBIT (Resultado Operacional)	139 075	(24 172)	67 794	380%
Margem EBIT	12,93%	-2,33%	6,11%	8,43 p.p

EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

Margem EBITDA Ajustado = EBITDA Ajust/ Volume de Negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

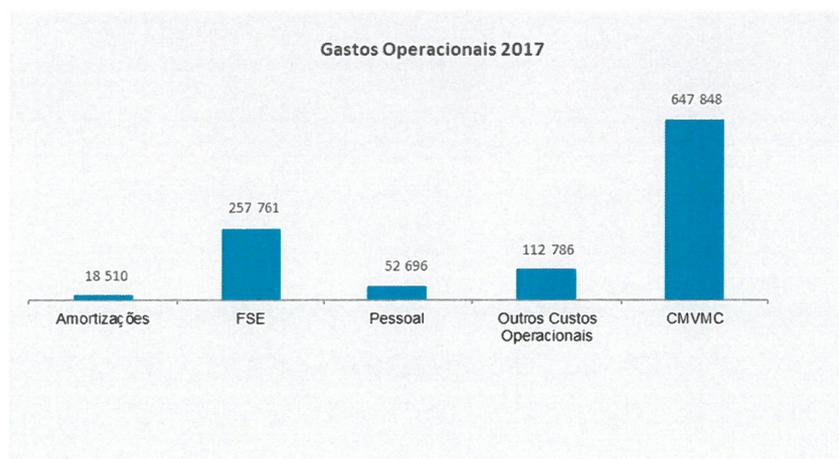
O Resultado Líquido obtido teve como principais contribuidores:



### EBIT (Resultado Operacional)

O EBIT (Resultado Operacional) regista um resultado de 67.794 euros. Os rendimentos operacionais no montante total de 1.157.396 euros, constituídos essencialmente pelo Volume de Negócios, são superiores aos gastos operacionais que atingiram os 1.089.602 euros.

A decomposição dos gastos Operacionais é a seguinte:



Os CMVMC são os custos mais relevantes, por via da aquisição de água à EPAL. Os Fornecimentos e Serviços Externos representam um custo elevado em consequência de outras rendas associadas à compra de água, subcontratos relacionados com obras, conservação e reparação e análises.

### Resultado Financeiro

A vertente financeira regista um resultado negativo de 11.480 euros explicados pelo acerto da previsão do investimento de substituição.

### ANÁLISE DO BALANÇO

	<i>(em euros)</i>			
Balanço	2015	2016	2017	Var.
<b>Ativo</b>				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	126 790	120 788	119 179	-1%
Outros	79	221	358	62%
<b>Total dos Ativos não Correntes</b>	<b>126 869</b>	<b>121 009</b>	<b>119 538</b>	<b>-1%</b>
Contas a Receber	498 883	814 494	1 232 340	51%
Diferimentos e Inventários	4 226	3 767	7 754	106%
Caixa e Depósitos Bancários	266 049	211 090	377 119	79%
<b>Total dos Ativos Correntes</b>	<b>769 158</b>	<b>1 029 351</b>	<b>1 617 213</b>	<b>57%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>896 027</b>	<b>1 150 360</b>	<b>1 736 751</b>	<b>51%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
<b>Capital Próprio</b>	<b>309 630</b>	<b>292 413</b>	<b>336 912</b>	<b>15%</b>
Provisões	56 135	41 244	27 475	-33%
Contas a Pagar	2 637	2 649	1 776	-33%
<b>Total dos Passivos não Correntes</b>	<b>58 772</b>	<b>43 893</b>	<b>29 252</b>	<b>-33%</b>
Contas a Pagar	527 625	814 054	1 370 587	68%
<b>Total dos Passivos Correntes</b>	<b>527 625</b>	<b>814 054</b>	<b>1 370 587</b>	<b>68%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>586 397</b>	<b>857 947</b>	<b>1 399 839</b>	<b>63%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>896 027</b>	<b>1 150 360</b>	<b>1 736 751</b>	<b>51%</b>

O total do Ativo atingiu, no final de 2017, o montante de 1.736.751 euros.

A variação dos Ativos Correntes resulta essencialmente de dois fatores:

- (i) Aumento de outros devedores por acréscimo de rendimento em 481m euros, que conforme discriminado na nota 13.2 compreende valores referentes aos custos de saneamento que estão a ser faturados pela EPAL e do cálculo do custo efetivo da água a faturar à concedente.
- (ii) Aumento das disponibilidades em 166m euros.

O Capital Próprio aumenta pelo Resultado Líquido verificado no final de 2017.

O Passivo não Corrente apresenta no final de 2017, o montante de 29.252 euros, dos quais 27.475,27 euros são referentes à provisão do investimento de substituição e 1.776,25 euros de outras contas a pagar.

O aumento verificado nos Passivos Correntes resulta essencialmente de fornecedores pela compra de água.

## INDICADORES

Os principais indicadores registaram os seguintes valores:

Indicadores	2015	2016	2017	Var.
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	37,63%	-5,89%	13,21%	19,1 p.p
Rentabilidade do Ativo (%)	13,00%	-1,50%	2,56%	4,1 p.p
Autonomia Financeira (%)	34,56%	25,42%	19,40%	(6,0 p.p)
Solvabilidade (%)	52,80%	34,08%	24,07%	(10,0 p.p)

p. p. - pontos percentuais

Os indicadores de Rentabilidade apresentam-se positivos pelo aumento do resultado líquido.

Ao nível dos indicadores de endividamento, quer a Autonomia Financeira quer a Solvabilidade registam, em 2017, uma diminuição face ao ano anterior, por via de aumento do ativo e passivo superior ao aumento do capital próprio.

## 9 | PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Para o ano de 2018 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da Empresa:

### ABASTECIMENTO DE ÁGUA

**a) Fornecer água em quantidade e com qualidade a toda a área da concessão**

- Para este objetivo irá contribuir decisivamente o Plano de Investimentos da Concessão, atualmente em fase final de apreciação dos projetos por parte da Concedente.

**b) Situar a Empresa num patamar de referência nacional no que concerne à eficiência do sistema de abastecimento**

- Ser uma das empresas nacionais com maior taxa de cobertura do sistema de telemetria de consumos de Clientes;
- Intensificar a diminuição de perdas de água, quer reais, quer aparentes;
- Aumento do número de zonas de medição e controlo, por forma a diminuir as áreas de análise;
- Calibração do modelo matemático total da rede de abastecimento;

**c) Difundir a imagem da Empresa em toda a área da concessão**

- Promover a proximidade de relacionamento com os Clientes, através dos diversos meios disponíveis.

**d) Melhorar o sistema de drenagem de águas residuais**

- Aprovação dos projetos de execução, relativos ao Plano de Investimentos da Concessão e início das obras afetas.

## 10 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2017, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.;
- Os Acionistas AQUAPOR - Serviços, SA, Luságua Ambiente – Serviços Ambientais, S.A. e Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A., pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da Empresa;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da Empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram provas no seguimento das atividades da Empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- Os Colaboradores de Luságua Lisboa, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

## 11 | OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2017;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2017;
- A sociedade não tem sucursais.



## 12 | PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2017 num total de 44.499 Euros seja transferido na totalidade para Resultados Transitados.

O Conselho de Administração



---

Eng. Paulo Jorge Almeida Oliveira



---

Eng. Carlos Alberto da Silva Rodrigues



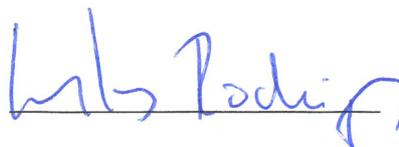
---

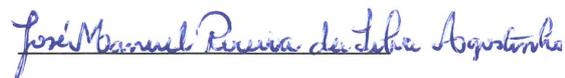
Eng. José Manuel Pereira da Silva Agostinho

Lisboa, 16 de março de 2018

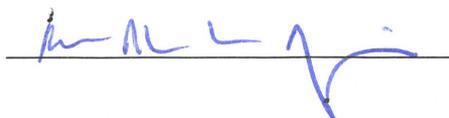
	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativos Fixos Tangíveis	8	13 091	13 795
Ativos Intangíveis	7	106 088	106 993
Outros Investimentos Financeiros		358	221
		119 538	121 009
Inventários	9	7 423	3 092
Clientes	13.1	225 163	237 259
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	10 342	39 579
Outros Créditos a Receber	13.2	996 835	537 656
Diferimentos	15.2	331	675
Caixa e Depósitos Bancários	4	377 119	211 090
		1 617 213	1 029 351
		<b>1 736 751</b>	<b>1 150 360</b>
Capital Subscrito	13.4	50 000	50 000
Reservas Legais	15.3	12 982	12 982
Resultados Transitados	15.3	229 432	246 649
Resultados Líquidos do Período	15.3	44 499	(17 217)
		<b>336 912</b>	<b>292 413</b>
Provisões	11	27 475	41 244
Outros Dívidas a Pagar	13.3	1 776	2 649
		29 252	43 893
Fornecedores	13	1 286 073	729 078
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	13 167	1 401
Outros Dívidas a Pagar	13.3	71 348	83 576
		1 370 587	814 054
		<b>1 399 839</b>	<b>857 947</b>
		<b>1 736 751</b>	<b>1 150 360</b>

Conselho de Administração

 \_\_\_\_\_

 \_\_\_\_\_

Contabilista certificado

 \_\_\_\_\_

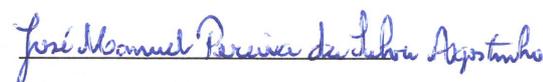
Luságua Lisboa, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA  
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Quantias em Euros

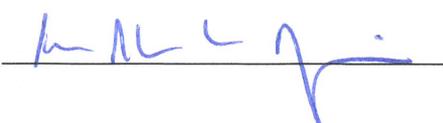
	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e Serviços Prestados	10	1 110 384	1 039 138
Subsídios à Exploração		1 006	-
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(647 848)	(662 056)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.4	(257 761)	(223 643)
Gastos com o Pessoal	14	(52 696)	(49 426)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(54 462)	(73 013)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	25 744	7 471
Outros Rendimentos	15.5	20 262	14 842
Outros Gastos	15.6	(58 325)	(59 140)
<b>Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>86 304</b>	<b>(5 826)</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.7	(18 510)	(18 346)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>67 794</b>	<b>(24 172)</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.8	1 069	8 825
Juros e Gastos Similares Suportados	15.9	(12 549)	(1 445)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>56 314</b>	<b>(16 792)</b>
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(11 815)	(425)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>44 499</b>	<b>(17 217)</b>

Conselho de Administração





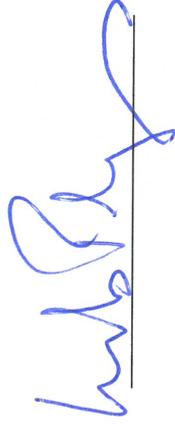
Contabilista certificado



Luságua Lisboa, S.A.  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**  
 Período findo em 31 de Dezembro de 2017

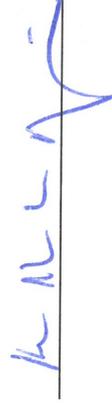
		Quantias em Euros					
		Capital Subscrito	Reservas Legais	Resultados Transitados	Outras variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016</b>		50 000	7 156	135 964	-	116 510	309 630
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>							
	Constituição da Reserva Legal	-	5 826	-	-	-	5 826
	Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	110 685	-	(116 510)	(5 826)
	Primeira adopção do Sistema de Normalização Contabilística	-	5 826	110 685	-	(116 510)	0
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							
	3	-	-	-	-	-	-
	4	-	-	-	-	(17 217)	(17 217)
	5=3+4	-	-	-	-	(17 217)	(17 217)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016</b>		50 000	12 982	246 649	-	-	292 413
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>							
	1	50 000	12 982	246 649	-	(17 217)	292 413
	Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	(17 217)	-	17 217	-
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
	2	-	-	(17 217)	-	17 217	-
	3	-	-	-	-	-	-
	4	-	-	-	-	44 499	44 499
	5=3+4	-	-	-	-	44 499	44 499
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017</b>		50 000	12 982	229 432	-	44 499	336 912

Conselho de Administração



*José Manuel Pereira de Sousa Agostinho*

Contabilista certificado



Luságua Lisboa, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

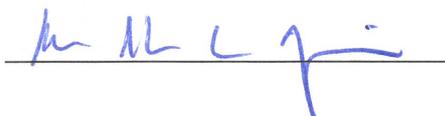
	Quantias em Euros	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Fluxo de caixa das actividades operacionais - método directo</b>		
Recebimentos de Clientes	1 140 911	1 035 305
Pagamentos a Fornecedores	(939 988)	(985 155)
Pagamentos ao Pessoal	(48 717)	(41 106)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>152 205</b>	<b>9 044</b>
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(425)	(35 493)
Outros recebimentos / pagamentos	39 807	(24 882)
<b>Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>191 587</b>	<b>(51 331)</b>
<b>Fluxo de caixa das actividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos Fixos Tangíveis	(8 611)	-
Activos Intangíveis	(16 948)	(3 628)
	<b>(25 559)</b>	<b>(3 628)</b>
<b>Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>(25 559)</b>	<b>(3 628)</b>
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	<b>166 029</b>	<b>(54 959)</b>
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	211 090	266 049
Caixa e seus equivalentes no fim do período	377 119	211 090

Conselho de Administração




José Manuel Pereira da Silva Aguiar

Contabilista certificado



Luságua Lisboa, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros exceto quando expressamente indicado de outra forma)

## 1. Identificação da Entidade

A Luságua Lisboa foi constituída em 13 de julho 2012.

A empresa tem por Missão a exploração em regime de Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e de Recolha de Águas Residuais na Área de Jurisdição da APL - Administração do Porto de Lisboa.

A Concessão atribuída por um período de 8 anos, tem por objeto a exploração e gestão dos serviços de abastecimento de água e de recolha e rejeição de águas residuais na área de jurisdição da APL (na zona compreendida entre Algés e a Matinha), incluindo a construção, reparação, renovação e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os bens afetos à Concessão, bem como a recolha, transporte e encaminhamento adequado de águas residuais.

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca de 493 mil euros, a preços correntes. Do valor total do investimento referido, 86%, realiza-se durante os dois primeiros anos de Concessão. Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Luságua Lisboa – Gestão de Águas, S.A irá realizar outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente no valor de 136 mil euros.

A rede de distribuição de água é composta por 24 km de condutas e atualmente conta com cerca de 335 clientes. O sistema de saneamento tem cerca de 22 km de coletores, e as águas residuais são entregues para tratamento através das infraestruturas da Câmara Municipal de Lisboa ou da SIMTEJO.

A sua estrutura acionista está distribuída da seguinte forma:

- Aquapor – Serviços, S.A. com 59,99%;
- Luságua – Serviços ambientais, S.A. com 40%;
- Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A. com 0,01%

A Luságua Lisboa – Gestão de Águas, S.A. tem a sua sede social na Av. Marechal Gomes da Costa, 33 – 1º A em Lisboa.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2017 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

### 3. Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

#### (a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2017	2016
Edifícios e outras construções	10%	10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% – 33,33%	10% – 33,33%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

#### Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

U - Jay ✓

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

#### **(b) Ativos Intangíveis**

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido. Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.



Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método a linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2017	2016
Direitos de Concessão	22,66%	17,24%

O gasto com amortizações de Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um Ativo Intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

#### **(b.1) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada**

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

#### **(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período**

##### **(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

W. J. V.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

### (c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 7% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 29,50%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

**(d) Inventários**

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(\*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos o custo estimado de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

**(e) Ativos Financeiros**

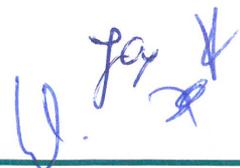
Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um Ativo Financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;



- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de Ativos Financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os Ativos Financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

#### **(e.1) Clientes**

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### **(e.2) Outros Créditos a Receber**

Os outros créditos a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### **(e.3) Caixa e Bancos**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

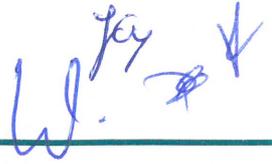
- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

#### **(f) Estado e Outros Entes Públicos**

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.



**(g) Diferimentos Ativos e Passivos**

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

**(h) Rubricas dos Capitais Próprios**

**(h.1) Capital Subscrito**

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

**(h.2) Outros instrumentos de capital próprio**

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

**(i) Provisões**

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas às Provisões:

**(i.1) Provisões para investimentos de substituição**

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição.

**(j) Outros Passivos Financeiros**

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

**(j.1) Financiamentos Obtidos**

Os financiamentos estão valorizados ao custo.

U. Jay

### (j.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

### (j.3) Outras Dívidas a Pagar

As outras dívidas a pagar encontram-se valorizadas ao custo e incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos; e
- Outros credores

### (l) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações. Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

### (m) Vendas e Prestações de Serviço

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

#### (m.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

#### (m.2) Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

#### (n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

##### (n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

##### (n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

**(o) Juros e gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo.

**(p) Ativos e Passivos Contingentes**

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,  
ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
- Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
- A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

**(q) Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

### 3.2 Juízos de valor

#### (a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

#### (b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de Impostos Diferidos Ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

### 3.3. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

#### (a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

**(b) Imparidade das contas a receber**

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

**(c) Provisões**

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

**4. Fluxos de Caixa**

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2017	2016
Caixa	250	236
Depósitos à Ordem	376 869	210 854
	<b>377 119</b>	<b>211 090</b>

**5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Luságua Lisboa, S.A. correspondente a 59,99% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Luságua Lisboa presta / Transações que faz	Serviços que a Luságua Lisboa recebe / Transações que recebe
<i>Aquapor Serviços</i>	-	<i>Apoio Administrativo</i>
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	-	<i>Análises de controlo analítico</i>

A quantia das transações e os saldos pendentes com as partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Compras de Serviços	Contas a pagar
<i>Aquapor Serviços</i>	2017	26 123	9 066
	2016	25 039	19 128
<i>Águas do Lena</i>	2017	314	386
	2016	-	-
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	2017	24 468	7 418
	2016	25 398	11 888

*Handwritten signature and initials*

## 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direito de Utilização	Equipamento básico	Outros	Intangíveis em curso	Total Activos Intangíveis
<b>Custo:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2016</b>	<b>31 000</b>	<b>1 972</b>	<b>109 211</b>	<b>27 017</b>	<b>169 200</b>
Aumentos	-	-	-	8 609	8 609
Transferências	-	-	5 169	(5 169)	-
<b>31 de Dezembro de 2016</b>	<b>31 000</b>	<b>1 972</b>	<b>114 380</b>	<b>30 457</b>	<b>177 809</b>
Aumentos				14 402	14 402
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	<b>31 000</b>	<b>1 972</b>	<b>114 380</b>	<b>44 859</b>	<b>192 211</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2016</b>	<b>12 141</b>	<b>683</b>	<b>42 048</b>	-	<b>54 871</b>
Amortizações	3 252	222	12 471	-	15 945
<b>31 de Dezembro de 2016</b>	<b>15 392</b>	<b>905</b>	<b>54 520</b>	-	<b>70 816</b>
Amortizações	5 170	213	9 922	-	15 306
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	<b>20 563</b>	<b>1 118</b>	<b>64 442</b>	-	<b>86 122</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>					
A 31 de Dezembro de 2017	<b>10 437</b>	<b>854</b>	<b>49 938</b>	<b>44 859</b>	<b>106 088</b>
A 31 de Dezembro de 2016	<b>15 608</b>	<b>1 067</b>	<b>59 860</b>	<b>30 457</b>	<b>106 993</b>
A 1 de Janeiro de 2016	<b>18 859</b>	<b>1 289</b>	<b>67 163</b>	<b>27 017</b>	<b>114 329</b>

## 8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Total Activos Tangíveis
<b>Custo:</b>						
<b>1 de Janeiro de 2016</b>	<b>7 496</b>	<b>1 324</b>	<b>2 300</b>	<b>8 735</b>	<b>2 761</b>	<b>22 617</b>
Aumentos	-	-	-	1 425	3 518	4 943
Abates	-	-	(2 300)	-	-	(2 300)
<b>31 de Dezembro de 2016</b>	<b>7 496</b>	<b>1 324</b>		<b>10 160</b>	<b>6 280</b>	<b>25 260</b>
Aumentos		2 000		211	288	2 499
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	<b>7 496</b>	<b>3 324</b>		<b>10 372</b>	<b>6 568</b>	<b>27 760</b>

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Total Activos Tangíveis
<b>Amortizações:</b>						
<b>1 de Janeiro de 2016</b>	<b>2 437</b>	<b>536</b>	<b>1 008</b>	<b>4 947</b>	<b>1 229</b>	<b>10 156</b>
Amortizações	750	114	83	675	779	2 401
Abates	-	-	(1 092)	-	-	(1 092)
<b>31 de Dezembro de 2016</b>	<b>3 187</b>	<b>650</b>		<b>5 622</b>	<b>2 008</b>	<b>11 466</b>
Amortizações	750	493	-	827	1 134	3 204
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	<b>3 937</b>	<b>1 143</b>		<b>6 449</b>	<b>3 142</b>	<b>14 670</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>						
A 31 de Dezembro 2017	<b>3 559</b>	<b>2 181</b>	-	<b>3 923</b>	<b>3 427</b>	<b>13 091</b>
A 31 de Dezembro 2016	<b>4 309</b>	<b>674</b>	-	<b>4 538</b>	<b>4 273</b>	<b>13 795</b>
A 1 de Janeiro de 2016	<b>5 059</b>	<b>788</b>	<b>1 292</b>	<b>3 788</b>	<b>1 533</b>	<b>12 461</b>

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
2 Contratos de aluguer de viaturas	9.768	14.179
	<b>9.768</b>	<b>14.179</b>

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
	<b>Valor Presente</b>	<b>Valor Presente</b>
Não mais de um ano	4.412	4.412
Mais de um ano e não mais de cinco anos	4.412	9.767
<b>Total dos Pagamentos</b>	<b>9.768</b>	<b>14.179</b>

## 9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Matérias primas, Subs. e de Consumo	7 423	3 092
	<b>7 423</b>	<b>3 092</b>

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	<b>Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo</b>
Existências em 1 de Janeiro de 2016	3 555
Compras	661 593
Existências em 31 de Dezembro de 2016	(3 092)
	<b>662 056</b>
Existências em 1 de Janeiro de 2017	3 092
Compras	652 179
Existências em 31 de Dezembro de 2017	(7 423)
	<b>647 848</b>

## 10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Vendas		
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	793 479	741 623
Quota Serviço Água	226 130	241 547
	<b>1 019 608</b>	<b>983 170</b>
Prestações de Serviços		
Serviços		
Conservação contadores	12 616	2 304
Outros	19 613	3 343
Saneamento	58 547	50 322
	<b>90 775</b>	<b>55 968</b>
	<b>1 110 384</b>	<b>1 039 138</b>

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

## 11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	<b>Provisões para Investimento de Substituição</b>
A 1 de Janeiro de 2016	56 135
Reversões do ano	(7 471)
Actualização Financeira	(7 420)
A 31 de Dezembro de 2016	<b>41 244</b>
A 1 de Janeiro de 2017	41 244
Reversões do ano	(25 744)
Actualização Financeira	11 975
A 31 de Dezembro de 2017	<b>27 475</b>

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa vai reconhecendo nas suas contas o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos. Os montantes são atualizados anualmente pelo IPC.

## 12. Imposto sobre o Rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2017	2016
Imposto Corrente		
IRC do ano	11 815	425
	<b>11 815</b>	<b>425</b>

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes de impostos	56 314	(16 792)		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	12 671	(3 778)	22,50%	22,50%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	25 744	7 471		
	25 744	7 471	(14,29%)	6,01%
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios	4	-		
Provisões para além limites legais	21 892	26 038		
	21 896	26 038	-12,75%	30,89%
Lucro tributável	52 467	1 774		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	11 018	373	19,57%	-2,22%
Derrama	787	27		
Tributação autónoma	10	26	0,02%	-0,16%
	797	53	0,02%	(0,16%)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>11 815</b>	<b>425</b>	<b>19,58%</b>	<b>(2,37%)</b>

W. Jey V

### 13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Activos		2017	2016
Clientes			
Custo		379 028	336 663
Imparidade		(153 865)	(99 404)
		225 163	237 259
Outros Créditos a Receber			
		996 835	537 656
		<b>1 221 998</b>	<b>774 915</b>
Instrumentos Financeiros Passivos		2017	2016
Não corrente			
Outros Dívidas a Pagar			
		1 776	2 649
		<b>1 776</b>	<b>2 649</b>
Corrente			
Fornecedores			
Gerais		1 269 203	698 062
Partes Relacionadas		16 870	31 016
		1 286 073	729 078
Financiamentos obtidos			
Outros Dívidas a Pagar			
		71 348	83 576
		<b>1 357 421</b>	<b>812 654</b>
Instrumentos de Capital		2017	2016
Capital			
		50 000	50 000
		<b>50 000</b>	<b>50 000</b>

#### 13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 30 Dias	31-60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	> 120 Dias
Ano 2017	379 028	98 865	82 518	12 853	5 402	2 741	176 660
Ano 2016	336 663	136 787	22 831	23 042	452	(172)	153 721

Os movimentos de imparidade do exercício relativamente a clientes apresentam-se no quadro seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2017					
Cientes	99 404	54 462	-		153 865
	<b>99 404</b>	<b>54 462</b>	-	-	<b>153 865</b>
Exercício de 2016					
Cientes	26 390	73 917	-	(903)	99 404
	<b>26 390</b>	<b>73 917</b>	-	<b>(903)</b>	<b>99 404</b>

### 13.2 Outros créditos a receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros DO		67
Venda de Água	992 853	511 542
Outros		22 065
Outros devedores		
Cauções Fornecedores	3 982	3 982
	<b>996 835</b>	<b>537 656</b>

Incluído na rubrica de acréscimos de rendimentos existe:

- Um saldo no total de 878 m€ referente aos custos de saneamento que estão a ser faturados pela EPAL (valores faturados em nome da Câmara Municipal de Lisboa), estes custos não fazem parte da atividade da empresa: (i) no contrato de concessão assinado com a concedente estes valores não se encontravam previstos como encargos da concessionária; (ii) a Câmara Municipal de Lisboa não presta os serviços que estão a ser alvo de faturação.
- Um total de 115 m€ referente ao custo efetivo da água a faturar à concedente, que resulta do proporcional da tarifa de disponibilidade faturada pela EPAL, e cujo o cálculo se encontra em avaliação pela APL.

### 13.3 Outras dívidas a pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Outros Dívidas a Pagar - não corrente		
Outros credores		
Administração Porto de Lisboa - renda Concessão	1 776	2 649
	<b>1 776</b>	<b>2 649</b>
Outros Dívidas a Pagar - corrente		
Fornecedores de investimento	672	14 666
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	5 737	5 357
Electricidade	117	95
Compra de Água	50 717	59 432
Diversos	13 217	3 143
Outros credores		
Administração Porto de Lisboa - renda Concessão	888	883
Outros		
	<b>71 348</b>	<b>83 576</b>

### 13.4 Capital

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2017	2016
Capital social nominal emitido		
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços S.A.	29 995	29 995
Luságua Serviços Ambientais, S.A.	20 000	20 000
Luságua Alcanenna - Gestão de Águas, S.A.	5	5
	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>

O capital social emitido é composto por 10.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

### 13.5 Compromissos financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2017:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
00125-02-1837434	BCP	2.000	Fornecimento de combustíveis	Petrogal	Fornecimento de combustíveis

### 13.6 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
- Risco de taxa de juro
- Risco de taxa de câmbio
- Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

#### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa. A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro é diminuta, uma vez que não tem contratado empréstimos bancários.

#### Risco de crédito

*Handwritten initials/signature in blue ink.*

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar;

#### 14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2017	2016
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do Pessoal	40 881	36 027
Indemnizações	50	2 988
Encargos sobre Remunerações	8 534	7 726
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	468	202
Gastos de acção social	1 861	1 514
Outros gastos com o Pessoal	902	969
	<b>52 696</b>	<b>49 426</b>

Durante o ano de 2016 o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 3 (2016: 3 pessoas).

#### 15. Outras Informações

##### 15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Saldo a Receber		
IVA	10 342	39 579
	<b>10 342</b>	<b>39 579</b>
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	11 815	425
Retenções Imposto sobre Rendimento	286	206
Contribuição para a Segurança Social	997	769
Outras Tributações	68	-
	<b>13 167</b>	<b>1 401</b>

##### 15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Rendas	345	675
Seguros	(14)	-
	<b>331</b>	<b>675</b>

### 15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	7 156	135 964	116 510	259 630
Constituição da Reserva legal	5 826	-	-	5 826
Remanescente da aplicação de Resultados	-	110 685	(116 510)	(5 826)
Resultado do ano	-	-	(17 217)	(17 217)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>12 982</b>	<b>246 649</b>	<b>(17 217)</b>	<b>242 412</b>
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	12 982	246 649	(17 217)	242 412
Constituição da Reserva legal	-	-	-	-
Remanescente da aplicação de Resultados	-	(17 217)	17 217	-
Resultado do ano	-	-	44 499	44 499
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>12 982</b>	<b>229 432</b>	<b>44 499</b>	<b>286 912</b>

### 15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Subcontratos	9 693	11 237
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	53 966	46 747
Publicidade e propaganda	2	205
Vigilância e segurança	79	318
Comissões	48	-
Conservação e reparação	74 453	49 464
Outros	-	250
Materiais		
Ferramentas e utensílios	42	21
Material de escritório	70	1 087
Energia e fluidos		
Electricidade	2 510	1 974
Combustíveis	2 175	2 790
Outros Fluidos	-	-
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	396	27
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	104 352	100 357
Comunicação	4 865	4 201
Seguros	2 194	1 600
Contencioso e notariado	265	110
Despesas de representação	103	261
Limpeza, higiene e conforto	1 975	2 252
Outros	572	741
	<b>257 761</b>	<b>223 643</b>

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

### 15.5 Outros Rendimentos

A rubrica Outros Rendimentos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Rendimentos Suplementares		
Venda de Energia		
Reparações	7 230	1 972
TRH	11 279	10 881
Outros	1 661	1 337
Ganhos em inventários - alienação de activos fixos tangíveis	-	407
Imputação de Subsídios para Investimentos	-	210
Outros não especificados	93	37
	<b>20 262</b>	<b>14 842</b>

### 15.6 Outros Gastos

A rubrica Outros Gastos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Impostos	9 522	8 973
Dívidas incobráveis	-	851
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros	-	802
Outros Não Especificados	48 803	48 515
	<b>58 325</b>	<b>59 140</b>

### 15.7 Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Gastos de depreciação e de amortização		
Activos Fixos Tangíveis	3 204	2 401
Activos Intangíveis	15 306	15 945
	<b>18 510</b>	<b>18 346</b>

### 15.8 Juros e Ganhos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Gastos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Juros Obtidos	1 067	1 405
Outros Rendimentos Similares	2	7 420
	<b>1 069</b>	<b>8 825</b>

### 15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Juros Suportados		
Outros	4	-
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços Bancários	471	457
Comissões Garantias	90	90
Renda ao concedente	13	898
Outros	11 970	-
	<b>12 549</b>	<b>1 445</b>

### 16. Aspetos Ambientais

Em 2017 a Sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade

Em 2017 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

### 17. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 16 de março de 2018. Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração. Desde 31 de dezembro de 2017 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

### 18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2016, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos

contabilizados em 31 de dezembro de 2017, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2018, nos prazos legais.

**Conselho de Administração**



---

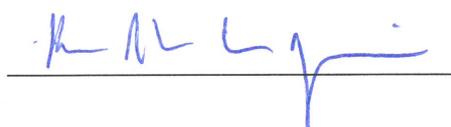


---

*José Manuel Pereira de Sousa Agostinho*

---

**Contabilista certificado**



---

## **Certificação Legal das Contas**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Luságua Lisboa - Gestão de Águas, S.A., (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.736.751 euros e um total de capital próprio de 336.912 euros, incluindo um resultado líquido de 44.499 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Luságua Lisboa - Gestão de Águas, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

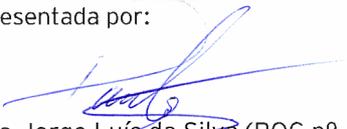
## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 10 de abril de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)  
Registado na CMVM com o nº 20160944

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Luságua Lisboa - Gestão de Águas, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por/provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros [se existentes];
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

## Parecer do Fiscal Único

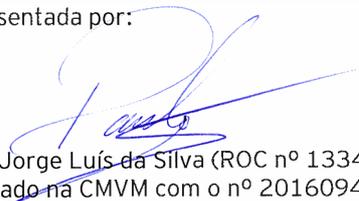
Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Luságua Lisboa - Gestão de Águas, S.A. (a Entidade) nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2017 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos sócios previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2017 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2017, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 10 de abril de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)  
Registado na CMVM com o nº 20160944